



h
—

ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE CERNACHE
QUADRIÉNIO 2021-25
ATA NÚMERO QUATRO

Aos vinte dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, pelas vinte e uma horas, reuniu em sessão ordinária, na sala Novas Oportunidades, a Assembleia de Freguesia de Cernache para dar cumprimento à seguinte ordem de trabalhos:

Ponto um – Leitura e aprovação das atas,

Ponto dois – Informações,

Ponto três – Protocolo de cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra,

Ponto quatro – Outros assuntos.

Presidiu à reunião o Presidente da Mesa de Assembleia (PMA) em funções, Rui Apóstolo, coadjuvado por Isabel Correia e Vítor Tenente, respetivamente, Primeiro e Segundo Secretários em funções.

Estiveram presentes, para além dos mencionados Membros da Mesa em funções, ainda os seguintes Membros:

- pela Coligação Democrática Unitária (CDU) – Arlindo Vieira; Nuno Rodrigues; José Campos e Fátima Ventura;
- pelo Partido Socialista (PS) – Marta Ferro;
- pelo Partido Social Democrata (PSD) – Patrícia Escaroupa (em substituição de Marco Rodrigues que apresentou justificação ao PMA para esta ausência).

Também estiveram presentes o presidente do executivo da Junta de Freguesia (JF), Vítor Carvalho, e o secretário, António Lopes.

Antes de dar entrada na ordem de trabalhos, o PMA agradeceu a presença de todos os presentes e informou que era para ter realizado esta reunião a trinta de setembro, todavia, como o presidente da JF (PJF) lhe referiu não ter assuntos urgentes a tratar, optou por marcá-la em outubro.

Nesta ordem de ideias, questionou se algum elemento da assembleia de freguesia se opunha à realização desta reunião, nesta data.

Nuno Rodrigues solicitou a palavra e lembrou os presentes de que não era a primeira vez que a reunião se realizava fora dos prazos previstos na lei, que esta era a segunda vez, no entanto, tendo-se a CDU proposto a trabalhar em prol da freguesia, não se opunha à realização da reunião por essa razão e terminou a sua intervenção questionando a atitude e responsabilidade do PMA.

Apesar da realização da reunião estar fora do prazo definido na lei, esta desconformidade foi considerada sanada nos termos do artigo 51.º, da Lei n.º 75/2013, uma vez que os membros presentes não suscitaram oposição à sua realização.

José Campos solicitou a palavra tendo começado por elogiar o executivo da JF na realização da Expo Cernache e Feira de Gastronomia, tendo salientado quem nela participou/trabalhou, a forte afluência de público e o investimento realizado na contratação de melhores artistas. Enalteceu o trabalho desenvolvido por todas as associações da freguesia, uma vez que foram estas que cozinham e serviram aqueles que visitaram o certame. Por fim, informou que o executivo anunciou que, no próximo ano, pretende que a Expo Cernache passe a ter uma duração de quatro dias em vez de três, fez uma breve alusão à necessária identificação de problemas neste evento para que estes não se repitam ou sejam minimizados e elogiou em seu nome e em nome dos eleitos pela CDU o trabalho efetuado pelo executivo da JF.

Rui Apóstolo referiu também ter tomado conhecimento da satisfação das pessoas em relação à realização da Expo Cernache e congratulou-se pelo trabalho do executivo da JF neste certame. De seguida, enalteceu as obras de recuperação do teto/telhado realizadas pela Associação d' "Os Vicentinos".

No ponto um da ordem de trabalhos, intitulado "Leitura e aprovação das atas", foi lida e aprovada, por maioria, com sete votos a favor e duas abstenções, a ata da reunião número três.

José Campos sugeriu que fosse distribuída uma cópia do esboço da ata a cada elemento da mesa da assembleia para que se acompanhasse de melhor modo a leitura da ata.

Isabel Correia solicitou a palavra para manifestar a sua discordância relativamente ao procedimento seguido na reunião anterior, no que toca à introdução de correções à ata solicitadas pelo PFJ. Enquanto secretária dessa reunião sublinhou que a ata relata o que anotou sobre os assuntos debatidos nessa reunião, mas da qual não há uma gravação com som, devido a um procedimento que não foi bem executado. Salientou que compete apenas aos membros da assembleia manifestar as suas discordâncias relativamente à redação da ata e que o PJF, entendendo que deve fazer algum reparo à ata lida/aprovada, deve pedir a palavra ao PMA e solicitar que conste uma clarificação à redação dada ou uma informação adicional.

Relativamente à incorreção apontada na intervenção de José Campos, Isabel Correia lembrou que no final da sua intervenção o questionou se o texto lido era para ficar em anexo à ata e lhe foi respondido que não. Fez saber que, não tendo havido gravação da reunião, solicitou a

112
11
h -

José Campos colaboração para a redação deste ponto da ata e que este disponibilizou-se a enviar-lhe o texto lido, tendo daí retirado a ideia geral da sua comunicação. Salientou que a frase solicitada para a ata não consta do texto enviado/lido, mas que não se opunha à sua inclusão na ata em substituição da redação feita por si, por entender que esta vai ao encontro da ideia no texto lido: “no que espero e peço a esta Assembleia é que possamos dar o nosso melhor, remando todos para o mesmo lado (...) que possamos levar a água ao nosso moinho”. Todavia, Isabel Correia considera que a ideia agora solicitada por José Campos consta da ata por outras palavras e até com mais ênfase, a saber: “após saudar a AF e todos os presentes na sala, incitou à união dos membros da assembleia, no sentido de deixar governar quem foi eleito com um conjunto de promessas de obras e melhoramentos (programa)”. Após uma breve troca de ideias foi mantida a redação dada pela secretária.

De seguida, solicitou resposta à questão de Pedro Rosário ao PJF sobre o futuro da escola de Casconha, uma vez que até à data não respondeu à questão colocada.

Terminou esta intervenção prestando o esclarecimento de que não fez parte da proposta conjunta de regimento da AF da CDU e PSD, mas que elaborou uma proposta de regimento que enviou ao presidente da mesa da assembleia, Rui Apóstolo, destinada a aprovação na primeira sessão de assembleia de freguesia e posteriormente enviou-a a Bernardo Barradas que a substituiu na reunião em que foi aprovado o regimento. Uma vez que o regimento ainda não consta da página na NET da JF, sugeriu uma correção formal na numeração dos artigos no índice remissivo. Fez ainda saber que, se tivesse estado na anterior reunião, teria sugerido no ponto 2, do artigo 15.º do regimento que se acrescentasse que a decisão de notificação pudesse também ser realizada via correio eletrónico.

Após uma discussão apurada sobre a redação das atas da terceira e segunda reuniões a propósito das intervenções/respostas do PJF na segunda reunião às intervenções de Pedro Rosário e de Marisa Beja, procedeu-se à leitura da ata da segunda reunião que foi aprovada com quatro votos a favor mais o voto de qualidade do presidente da mesa de assembleia (ponto 2, do artigo 54.º, da Lei n.º 75/2013), quatro votos contra e uma abstenção.

De seguida, o PMA deu a palavra ao PJF que solicitou a palavra para defesa da honra. Vítor Carvalho quis esclarecer que a participação da ocorrência na escola de Vila Pouca foi trazida a esta assembleia, numa reunião anterior, por Rui Apóstolo, e fez questão de corrigir que, nessa reunião, disse que o PJ participou a ocorrência do acontecimento e que o PJ retirou o processo em tribunal e que o processo não foi retirado por falta de provas como então fora dito.

Relativamente às barracas, o PJF sugeriu aos dirigentes da ADRP para que fossem mais verdadeiros e dissessem que as barraquinhas que foram cedidas pela União de Freguesia de

Antanho só seriam emprestadas se a JF de Cernache as solicitasse e que estas barracas só foram emprestadas aquela associação, nessa condição.

No ponto dois da ordem de trabalhos, intitulado Informações, o PMA procedeu à leitura da Informação escrita do PJF acerca da atividade desta e da situação financeira da JF, entregue pelo PJF no início desta reunião.

Marta Ferro alertou para o estipulado na alínea e), do ponto 2, do artigo 9.º, da Lei n.º75/2013, sobre o prazo de entrega deste documento – envio ao PMA com a antecedência de cinco dias sobre a data de início da sessão e Isabel Correia corroborou a mesma ideia e salientou que PMA e PJF têm que melhorar as suas atuações cumprindo com os prazos estabelecidos na lei.

Marta Ferro, relativamente ao ponto sobre Educação, na Informação apresentada pelo PJF, questionou se a delegação de competências de dois mil e vinte um ainda está em vigor ou se já há outra e se a atribuição de quarenta euros por aluno se mantém.

O PJF informou não saber esclarecer se é esse o valor recebido por aluno, mas que recebeu quatro mil euros para pequenos arranjos e limpeza de recintos e que essa é a competência da JF.

Marta Ferro, após relembrar as competências do PJF no âmbito da Educação, questionou se havia um valor remanescente e, tendo tido conhecimento de sinergias positivas entre a Associação de Pais da EBI Feteira e a JF, em que a mão-de-obra para a pintura da escola foi dada pelos pais e amigos da EBI da Feteira e a tinta foi dada pela JF, apresentou como sugestão dar lugar a outro tipo de sinergias em que pequenas reparações possam ser consideradas com esse excedente e as associações de pais possam fazer chegar à JF as necessidades das escolas.

A este propósito, o PJF lembrou, uma vez mais, que o CAIC tem sido a escola que tem exigido mais reparações.

Marta Ferro, no âmbito da Ação Social, a propósito do transporte de idosos da freguesia às consultas no posto médico, questionou se estes estavam a ser acompanhados na toma da quarta dose de vacina, em Santa Clara e frisou a sua importância para a proteção da população de Cernache.

O PJF informou que a Câmara também oferece essa possibilidade, mas que a JF sempre que tem conhecimento de dificuldades de mobilidade de idosos faz o transporte dessas pessoas às consultas, durante a semana, todavia, estando o reforço das vacinas a ser realizado ao sábado, esse transporte não se faz por não haver funcionários ao serviço neste dia da semana.

Nesta ordem de ideias, Marta Ferro louvou o transporte efetuado pela nova carrinha da JF à Feira das Cebolas, fora do horário do funcionário, para ajudar no transporte de materiais dos Camponeses de Vila Nova e salientou a importância de apoiar outras associações e ranchos.

vt
h —

O PJF salientou que esse transporte foi realizado porque o funcionário que pode conduzir a carrinha se mostrou disponível para trabalhar fora do horário de trabalho, mas que teve para tal que pagar as horas de trabalho extraordinário a esse funcionário.

vibz
⊕
h-

Marta Ferro enalteceu a realização do passeio sénior e questionou o PJF se tinha corrido bem e se tinha sido do agrado de todos.

O PJF informou que no global tinha corrido bem e que os idosos se mostraram agradados, todavia considera haver aspetos a melhorar, como adequar melhor o percurso ao grupo e às suas condições de mobilidade, bem como às ofertas de restaurantes e de casas de banho nos locais a visitar.

Isabel Correia deu como sugestão de passeio uma visita à Escola do Brinquedo Tradicional Popular, no Loureiro.

Para concluir a sua intervenção, Marta Ferro questionou o PJF sobre a carrinha orçamentada em vinte cinco mil euros, se a antiga tinha ido para abate, se tinha dado para fazer amortização de uma carrinha pela outra, se a carrinha adquirida era nova, qual o valor que tinha sido pago pela mesma, onde tinha sido adquirida e se com o dinheiro sobranete dava para comprar compressores ou adquirir materiais para melhorar a limpeza da freguesia.

O PJF informou que a carrinha antiga vai para abate, que a adquirida é do ano de dois mil e dezasseis, teve um custo de vinte e um mil e poucos euros, foi adquirida em Cantanhede e que não dá para fazer as aquisições sugeridas uma vez que há verbas próprias.

No ponto três da ordem de trabalhos, intitulado “Protocolo de cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra”, o PMA começou por salientar a importância destes protocolos para os estagiários, mas também para a freguesia de Cernache, uma vez que estes levam o nome da freguesia para a Universidade e questionou a razão por que o protocolo era estabelecido apenas com o segundo ciclo.

O PJF respondeu que esta tinha sido a proposta apresentada pela universidade - estágio no segundo ciclo e que não tinha sido apresentada proposta para o primeiro ciclo.

Patrícia Escaroupa questionou o procedimento que estava a ser realizado por esta assembleia, uma vez que o protocolo referia que o mesmo entrava em vigor a partir da data da sua assinatura e este tinha sido assinado a vinte e dois de setembro pelo diretor da Faculdade de Letras e pelo presidente da JF, estando assim em vigor e não fazer sentido estar a AF a votar a aprovação deste protocolo.

Isabel Correia solicitou ao presidente do executivo da JF que informasse onde constava na lei que a AF tinha que aprovar este protocolo e o PJF citou na Lei n.º 75/2013, a alínea i), do artigo 9.º – autorizar a celebração de protocolos com instituições públicas.

O facto de este protocolo ter sido assinado pelo presidente do executivo da JF sem a autorização da AF e de ser referido no protocolo que este entrava em vigor após a sua assinatura foi objeto de reparo por parte de alguns elementos da assembleia, tendo o PJF respondido que a assinatura por si realizada correspondia à aprovação do executivo e que este só entrava em vigor após aprovação nesta reunião pela AF.

Após um breve questionamento sobre o que verdadeiramente estava a ser solicitado a esta assembleia, foi autorizado, por unanimidade, a celebração do protocolo de cooperação com a Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

No último ponto da ordem de trabalhos para tratamento de Outros Assuntos, o PMA deu a palavra ao público presente.

Marisa Beja começou por elogiar a compra da carrinha pelo executivo da JF, a disponibilização dessa carrinha durante dois sábados fora do expediente aos Camponeses de Vila Nova, e manifestou a sua satisfação por, nesta reunião, ter ficado a saber que, desde que o motorista da carrinha da JF esteja disponível para fazer serviço, as associações, podem solicitá-lo, ainda que tenham que lhe pagar o serviço efetuado. Agradeceu o maior investimento realizado este ano na Expo Cernache, apostando no cartaz, no entanto, considerou que o sucesso deste certame se ficou a dever ao desempenho das coletividades presentes na parte da gastronomia, pois as pessoas vêm à Expo para comer e ver artistas e não para ver expositores. Apontou algumas falhas neste evento, como a falta de casas de banho, caixotes do lixo em diversos espaços da Expo, luz em tempo útil para a montagem de instalações/barracas das associações, tendo salientado que houve associações que tiveram necessidade de alugar um gerador. Apontou, ainda, a falta de recetividade do executivo para ouvir os colaboradores e, considerando que o sucesso deste evento se deve à gastronomia, sugeriu ao executivo da JF reunir um tempo antes com quem faz essa parte, as associações, para as auscultar e saber das suas necessidades e sugestões. A terminar a sua intervenção questionou o sentido de votação de Patrícia Escaroupa, do PSD, na ata número três, quando esta não esteve presente na reunião e parabenizou o executivo pela realização do passeio dos idosos, mas fez a ressalva que tendo em consideração o número de participantes e a sua condição física estes eventos têm que ser preparados com maior cuidado.

Patrícia Escaroupa respondeu à questão de Marisa Beja dizendo que era a sua votação e o PMA referiu que esta era livre de votar.

De seguida, o PMA deu a palavra a Armando Sousa que iniciou a sua intervenção pedindo desculpa por minutos antes ter interrompido a sessão ao colocar a sua dúvida do que aconteceria se a assembleia votasse contra a aprovação do protocolo e solicitou, apesar da AF revelar um nível um pouquinho melhor, maior respeito para com os fregueses presentes, pelo facto de grande parte do tempo gasto nesta reunião ter sido usado no início da mesma com a discussão de pormenores

de interesse discutível sobre o teor das atas. Apesar de numa parte posterior da reunião terem sido abordados assuntos de interesse para a freguesia, considerou que foi uma reunião globalmente “pobre” e solicitou uma reflexão aos elementos da AF sobre o trabalho desenvolvido nesta reunião, pois se for pretensão deste órgão ter uma AF mais participativa e com mais gente, o desenvolvimento dos trabalhos terá que ser melhorado para que quem venha às reuniões sinta vontade de voltar e convidar outros a estarem presentes nas sessões de AF.

Pedro Rosário, tendo em consideração a elaboração da ata que teve que realizar na sessão anterior, começou por sugerir a José Campos uma melhor amplitude de voz pois, por vezes, é difícil compreender as suas intervenções. Salientou o facto de ter realizado a ata da reunião anterior e que não deveria ter sido assim, pois na situação de ausência do primeiro secretário, substituí-o o segundo secretário. De seguida, salientou que além do Rancho Típico, já elogiado no ponto das informações do dia desta reunião, queria elogiar outros “filhos da terra”, como: os Camponeses de Vila Nova pela Feira das Cebolas que realizam em Coimbra, durante uma semana; a disponibilidade da carrinha/funcionário da JF; as duas equipas de futebol da UDRC pelo dinamismo e número de assistentes que trazem aos jogos; a agenda do Museu do Brinquedo do Loureiro que com os poucos recursos que possui consegue fazer mais que o Museu da JF; a Associação de Pais da EBI de Casconha que conseguiu resolver o problema da bomba de água com as Águas de Coimbra; a JF por ter levado o palco à Associação de Pais da Feteira e ter emprestado e ajudado a montar as tendas. Questionou o executivo sobre as razões por que não fez a divulgação do Balcão Único do Prédio e uma divulgação ampla do concurso para admissão de um funcionário; e a razão por que houve um desfasamento tão grande na data de terminus dos passeios do Orelhudo. Louvou o alcatroamento que tem sido feito, mas salientou que há outros locais da freguesia a necessitarem da resolução de algumas situações, como por exemplo, Vila Pouca, Loureiro, Vendas de Pousada e Pousada. Outra questão que vem sendo levantada, são os pedidos de atribuição de nomes em ruas que não têm nome e sugeriu que nessa atribuição seja equacionada a atribuição de nomes de figuras de relevo em Cernache. Por fim, referiu que com a delegação de competências na JF foram atribuídos pela Câmara Municipal três mil e setecentos euros para limpeza do parque das Lapas e quatro mil euros às escolas e com isto, considera ser necessário pensar na aposta que se quer na freguesia; se apostar-se na juventude e na educação ou apostar-se noutra sentido.

José Campos, a propósito dos nomes das ruas, perguntou a Pedro Rosário se já se tinham dirigido à JF para tratar esse assunto e Pedro Rosário respondeu que há pedidos e mensagens informando de sinalizações mal feitas, mas que não têm resposta do executivo da JF e voltou a afirmar que esta era uma possibilidade de atribuir nomes de pessoas de relevo na freguesia às ruas que não têm nome.

Vila Nova
w -

António Lopes perguntou a Pedro Rosário se este sabia como se processa a atribuição de nomes a ruas e se não sabia que era bom que se informasse antes.

Rui Apóstolo fez um reparo a António Lopes pela forma como tinha questionado Pedro Rosário, recordou-o da atribuição do nome do Beco da Espadaneira no mandato anterior. Apreciou a sugestão dada por Pedro Rosário e deu a sugestão da atribuição do nome do professor Bráulio a uma rua, tal como deram ao túnel Pedro Coimbra.

Víctor Carvalho tomou a palavra para referir que os assuntos que estavam a ser falados eram para ser levados à JF à terça ou à quinta-feira, das dezoito e trinta às vinte e trinta e não à AF porque a assembleia não resolve nada. Referiu que tudo o que Pedro Rosário tinha afirmado anteriormente era mentira e que de acordo com o Regimento da AF nem lhe deveria ter sido dada a palavra.

Rui Apóstolo contrariou esta afirmação de Víctor Carvalho, lembrou que Pedro Rosário tinha direito, de acordo com o Regimento da AF, a cinco minutos para uma intervenção e solicitou ao PJF que não voltasse a insinuar que o PMA subscrescia o que Pedro Rosário tinha acabado de dizer. Solicitou ao presidente da JF para não julgar que a posição do órgão é instrumentalizada por alguém ou partidarizada; salientou que o PMA apenas deu o tempo previsto no RI para a intervenção da pessoa do público, esta manifestou uma opinião e o PJF não tem que arrastar o PMA para uma opinião expressa numa intervenção do público.

Pedro Rosário insistiu no facto de Víctor Carvalho o ter apelidado de mentiroso quando apenas o questionou sobre algumas coisas e este respondeu que queria saber quem são as pessoas que dizem não ter resposta da JF uma vez que respondem a toda a gente.

De seguida, Víctor Carvalho passou a responder às questões colocadas por Pedro Rosário: fez saber que a obra do Orelhudo teve uma primeira e uma segunda fase; primeiro a obra tinha cinquenta e seis mil euros para fazer o passeio e este foi realizado. Posteriormente, as pessoas que vivem junto ao passeio do lado oposto, começaram a questionar a JF e a Câmara da razão por que não tinham também direito ao passeio e a JF sabendo da existência de uma sobra de dinheiro na Câmara, exigiu à mesma essa sobra e a Câmara fez o projeto para esse passeio que ficará concluído dentro de uma semana ou duas.

Quanto aos alcatroamentos, enumerou um conjunto de sugestões e exigências da JF realizados numa primeira fase, estando previstos outros, como por exemplo, na rua das Chãs, na rua da Quinta em Vila Pouca, na rua Romana e há outros pedidos, mas que são de privados.

O PJF voltou a afirmar que não tinha nenhum pedido para atribuição de nomes de arruamentos e que sempre que há um pedido nesse sentido, o procedimento seguido pela JF de Cernache é o seguinte: solicitar a quem apresentou esse pedido que faça um abaixo-assinado solicitando o nome da rua e essa sugestão dos moradores, e não da JF, é trazida a AF, o órgão

deliberativo, ainda que por lei não seja obrigatório trazer essa atribuição de nome de rua à AF, pois a JF pode enviar, directamente, a sugestão para a Câmara. Todavia, esse não é o procedimento seguido por este executivo. Quanto à atribuição de nome de pessoas às ruas, esta carece de maior cuidado; é preciso conhecer a importância da mesma para a freguesia e deu como exemplo a atribuição do nome do túnel a Pedro Coimbra – um pedido da família da criança que morreu naquele local e moveu esforços para a realização daquele túnel através de um corte de estrada.

Marisa Beja quis saber de António Lopes do porquê de enquanto freguesa ter que saber o processo para atribuição de nomes às ruas e transmitiu-lhe que não foi correta a forma como interpelou Pedro Rosário sobre este assunto.

Isabel Correia disse não estranhar que algumas mensagens não tenham resposta pois o mesmo já aconteceu com ela, mas congratulou-se pelo facto da mensagem que enviou à JF sobre o excessivo número de luzes acesas, em pleno dia, no Museu dos Moinhos, ter tido resposta e atuação imediata.

De seguida, Isabel Correia, disse ao PMA que gostaria de ver discutido, nesta assembleia, o relatório de avaliação do Estatuto do Opositor, conforme alínea f), do ponto 2, do artigo 9.º, da Lei n.º 75/2013, e salientou que, de acordo com a alínea s) do artigo 18.º desta lei, a JF já deveria ter publicado por edital, até final do mês de março, o referido relatório.

Fátima Ventura interveio para manifestar o seu desagrado por algumas das intervenções realizadas nesta assembleia de freguesia e na sequência desta intervenção, o PMA lembrou os elementos da AF de que não se deveriam virar para trás a dar respostas às pessoas presentes na reunião.

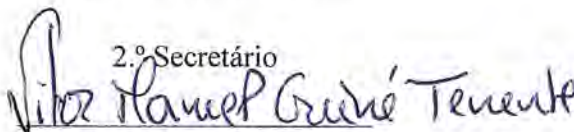
E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião da qual foi elaborada a presente ata, que depois de lida e aprovada será assinada pelo presidente e secretários da Mesa de Assembleia de Freguesia.

1.º Secretário



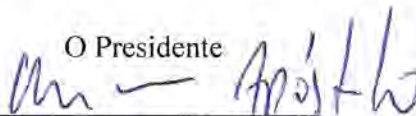
(Isabel Maria Eufrásio Correia)

2.º Secretário



(Vítor Manuel Guiné Tenente)

O Presidente



(Rui António Seguro Apóstolo)